

A equoterapia no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Equine therapy in the context of Federal Institutes of Education, Science and Technology

Recebido: 28/11/2022 | **Revisado:** 16/11/2021 | **Aceito:** 24/11/2021 | **Publicado:** 07/02/2022

André Luiz Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5135-3269>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano
E-mail: melo.andreluiz@gmail.com

Teresa Paula Dias Figueiras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7935-5207>

Instituto Universitário da Maia - ISMAI
E-mail: tfigueiras@ismai.pt

Rui Manuel Nunes Corredeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2125-0805>

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto - FADEUP
E-mail: rcorredeira@fade.up.pt

Nuno José Corte-Real Correia Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4725-1267>

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto - FADEUP
E-mail: ncortereal@fade.up.pt

Como citar: MELO, A. L. et al.,; A equoterapia no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 22, p. e11622, Fev. 2022. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Esta revisão narrativa tem como objetivo compreender o processo introdutório da equoterapia nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, seguindo seu percurso histórico desde a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até a quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais. Como procedimento metodológico, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental que nos trazem importantes dados sobre o panorama social, político e educacional do ensino profissionalizante no Brasil. As mudanças de caráter institucional e governamental, assim como as reformas do ensino verificadas, nos permitem concluir que foram fatores determinantes para a introdução da equoterapia nesse contexto escolar contribuindo para uma educação mais plena e inclusiva.

Palavras-chave: Educação profissional. Inclusão social. Equoterapia.

Abstract

This narrative review aims to understand the introductory process of equine therapy in the Federal Institutes of Education, Science and Technology, following its historical path from the creation of the Federal Network of Professional and Technological Education to the breaking of architectural and attitudinal barriers. As a methodological procedure, a bibliographical and documentary survey was carried out that bring us important data about the social, political and educational panorama of professional education in Brazil. The institutional and governmental changes, as well as the verified educational reforms, allow us to conclude that they were determining factors for the introduction of equine therapy in this school context, contributing to a more complete and inclusive education.

Keywords: Professional education. Social inclusion. Equine therapy.

1 INTRODUÇÃO

Embora a equoterapia não seja um método terapêutico convencional, vem conquistando espaço a nível mundial pelo reconhecido trabalho no campo da reabilitação, inclusão social e educação. A Federação *Horses in Education and Therapy International* (HETI) com registro na Bélgica, tem membros em mais de 45 países em torno do mundo, o Brasil está representado pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-Brasil).

Criada em 1989, a ANDE-Brasil desde então vem atuando enquanto multiplicadora do método equoterápico, normatizando e supervisionando a equoterapia que por sua vez, passou a ser ampliada significativamente em todo o território brasileiro e a conquistar importantes reconhecimentos.

Primeiro pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) através do parecer nº6/97, depois pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) que através da resolução nº348/2008 reconhece a equoterapia como recurso terapêutico em ambas as áreas e mais recentemente a equoterapia passou a ser reconhecida pela presidência da república que sancionou a Lei federal nº13830/2019 regulamentando a prática equoterápica em todo o território nacional. (ANDE-Brasil 2020).

Estes reconhecimentos oficiais obviamente atribuem a equoterapia um importante respaldo legal que lhe dá credibilidade e com isso, são geradas listas de espera para atendimento em centros de equoterapia, como ocorre nos que são mantidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Os IFs são instituições de ensino básico, técnico e tecnológico que não se limitam a formação puramente técnica, percebe-se uma preocupação com a formação cidadã de seus alunos, a exemplo o IF Baiano que tem como missão oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade com ênfase na preparação dos alunos para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. (IF BAIANO, 2019).

Para melhor conhecer os IFs, faz-se necessário transitar pelo percurso histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) para vislumbrar a trajetória do ensino profissionalizante brasileiro e a quebra de paradigmas metodológicos que permitiram o acesso de pessoas com deficiência, assim como a implantação de centros de equoterapia nesse âmbito de ensino.

São apresentadas aqui algumas provocações sobre o modelo de educação profissional brasileiro e a forma como foi conduzido ao longo da história, bem como reflexões sobre a atuação dos IFs em sintonia com a inclusão social.

Os estudos oriundos das fontes referidas foram selecionados com base nos critérios de inclusão: escritos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, sem recorte temporal.

O objetivo dessa revisão narrativa é elucidar como se deu a introdução da equoterapia nos IFs e sua importância nesse contexto educacional, para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico e documental que englobou dados do Ministério da Educação (MEC), ANDE-Brasil, artigos, livros e decretos enquanto fontes que deram suporte teórico à pesquisa.

2 MÉTODOS

Para ser elaborada, esta revisão narrativa incluiu busca nas bases de dados Medline®, Web of Science®, Scopus®, google acadêmico e busca manual em sítios eletrônicos do MEC, IF e Ande-Brasil, assim como a revista brasileira de equoterapia impressa.

Os descritores utilizados foram: equoterapia, educação profissional, Rede federal de educação profissional e Instituto federal de educação. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em língua portuguesa, inglesa e espanhola com abordagem do tema central previsto nos descritores.

3 O NASCIMENTO DA RFEPCT E A ORIGEM DOS IFs

A educação pública no Brasil está distribuída entre as três esferas governamentais, de maneira que o ensino fundamental é mantido pelo governo municipal, o ensino médio está sob a responsabilidade do governo estadual e o ensino superior a cargo do governo federal.

No entanto, há exceções em que por um lado existem universidades estaduais e por outro, ensino médio mantido pelo governo federal, como no caso dos IFs que oferecem ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio no mesmo espaço em que são disponibilizados curso superior e pós-graduação.

Os IFs são originários das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) criadas no início do século XX em decorrência do advento do regime republicano brasileiro ocorrido no final do século XIX que trouxe a expectativa de industrialização do país, isso requeria mão de obra especializada para atender as demandas do mercado de trabalho pois como coloca Kunze (2009, p.11).

O propósito de oferecer ao povo, que se aglutinava nas cidades, uma profissão, uma ocupação ou um ofício por meio do ensino profissional significava, especificamente, a geração de maiores incentivos ao trabalho e mão-de-obra às indústrias que começavam a surgir no país, devido às mudanças que vinham ocorrendo na sua economia agrário-exportadora.

Diante disso, em 23 de setembro de 1909 o presidente da república, Nilo Procópio Peçanha, expediu o Decreto nº. 7.566 e assim implantou em cada capital do país uma EAA, gerando com isso uma RFEPCT (KUNZE, 2009; PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2009; MEDEIROS NETA; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2012; TOMÉ, 2012).

3.1 DELINEMANTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A história da educação brasileira está diretamente ligada ao contexto europeu, afinal foi por meio da colonização que ela foi construída e em atendimento ao modelo econômico/social capitalista (DIAS, 2018; SELL, 2019), assim também está pautada a educação profissional.

A educação profissional dá-se como fenômeno mundial pois acompanha o desenvolvimento da sociedade e as práticas humanas desde as eras mais remotas do nosso período histórico, perpassando pela Revolução Industrial e acompanhando até os dias atuais com o intuito de formar profissionais habilitados e especializados em determinados ofícios e profissões. (MARIN et al., 2019, p.80).

A RFEPCT sofre influência das transformações sociais, políticas e educacionais onde a educação e o trabalho se bifurcam em si mesmos conforme interesses de grupos dominantes, como acentua Tomé (2012) a divisão entre educação e trabalho surge a partir da divisão da própria sociedade que uma vez estruturada em classes com base no poder de troca e posse de terras, proporciona a uns viverem às custas do trabalho dos outros.

Com essa divisão, em que existem os proprietários e os não proprietários, a educação passa a se apresentar em modalidades distintas, uma para os filhos dos proprietários, centrada no letramento, em atividades intelectuais ou militares, e outra, destinada aos filhos dos não proprietários, que visava apenas à continuidade da atividade produtiva. (TOMÉ, 2012, p.3).

No Brasil, essa educação dicotômica existiu desde a proclamação da república em 1889, sendo institucionalizada após a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930 pelo presidente da república Getúlio Vargas (PAIVA, 2013), através da reforma Capanema que propunha uma educação baseada em classes e assim, sob o autoritarismo do Estado Novo, “processou-se uma política educacional que acabou legitimando no plano legal a dualidade no ensino brasileiro: um ensino secundário para as elites e uma educação profissional para as classes trabalhadoras.” (RIBEIRO, 2018, p.38).

Essa estratificação do ensino foi materializada nas EAAs em atendimento “às demandas exclusivas do mercado” (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2009, p.2) e que para tanto, “adestra, recruta e conduz ao mercado de trabalho [...] deixando de lado a educação para o desenvolvimento pleno do indivíduo em sua cultura.” (DIAS, 2018, p.133).

Assim, a formação era acrítica e com imposição de numerosas regras como no Brasil-Império onde “a escolarização carregava valores como diligência, obediência, sentimento de dever, bem como respeito às regras.” (SELL, 2019, p.121), isso representa o que Boto (2010, p.283) descreve como “modelo voltado para a formação de súditos esclarecidos; mas não de cidadãos”.

3.2 REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA EXCLUSÃO À QUEBRA DE PARADIGMAS METODOLÓGICOS

O panorama metodológico em que a educação profissional foi forjada estigmatizou as EAAs que atendiam exclusivamente crianças carentes denominadas de filhos dos desfavorecidos da fortuna (BRASIL, 2019), menor “desvalido ou transviado” (MEDEIROS NETA; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2012, p.97) ou ainda, “infância desamparada e viciosa” (SOARES, 1981, p.73), contribuindo assim para uma formação preconceituosa e excludente.

A característica excludente a que se refere o parágrafo anterior, está explícita nos pré-requisitos para o ingresso dos alunos nas oficinas de artífices das EAAs onde se pode ler na alínea “b” do Art. 6º do Decreto nº. 7.566/1909, a condição de “não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício.” (BRASIL, 2019).

Diante disso, uma pessoa com deficiência estava predestinada a uma vida marginal pois não poderia frequentar as escolas relativas às letras e carreira militar porque estas eram reservadas à elite, por outro lado, estava impedida de ingressar na educação profissional, dado o impedimento atribuído à sua deficiência. Isso ilustra o fato de que “as raízes da história da deficiência são marcadas pela rejeição e discriminação” (FEYH; STEIN, 2018, p.128).

A discriminação no ensino profissionalizante passa a ter base legal com a constituição federal brasileira outorgada em 1937, “que tratou especificamente do ensino técnico, profissional e industrial no artigo 129. A Carta Magna de 1937 destinou o ensino profissionalizante aos menos favorecidos e reforçou, assim, o marco da discriminação” (DIAS, 2018, p.139).

Contudo, ao longo da história foram surgindo paulatinamente algumas transformações que de certa forma contribuíram para uma relativa evolução da educação profissional no Brasil e conseqüentemente uma maior valorização do aluno, a exemplo em 1942 quando:

as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, dessa forma, passam a oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir de então [...] os alunos formados nos cursos técnicos ficam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2009, p.4).

Outra mudança verificada no ensino profissionalizante se dá em decorrência da transição da economia agrário-exportadora inerente ao contexto político da primeira república ou república velha entre os anos de 1889 e 1930, para a fase industrial referente ao cenário da república populista que perdurou por quase duas décadas entre os anos de 1946 e 1964, nesse sentido:

as formulações sobre o fenômeno populista estão imersas na temática

mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora, para uma fase moderna de expansão urbano-industrial (GOMES, 1996, p.5).

A mudança citada no parágrafo anterior se deu na república populista através do presidente Juscelino Kubitschek que buscando fomentar a indústria automobilística, promoveu investimentos nas áreas de infraestrutura e educação, assim, em 1959 transforma as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias que passam a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais, estas por sua vez investem na qualidade dos cursos e intensificam a formação de técnicos. (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2009).

Ainda nesse período, a LDB nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 oficializou o fim da dualidade do ensino com a equivalência plena entre o ensino secundário e profissionalizante,

o que representou certo ganho à ascensão ao ensino superior da classe desprivilegiada socialmente, entretanto a discriminação permaneceu como matriz cultural por uma base legal que, na prática continuava a alimentar o caráter dual do ensino profissionalizante. (BARROSO; CHAGAS; COSTA, 2019, p.920).

Mais um registro de mudança está evidenciado com a cefetização em 1978, ou seja, “o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), cuja função pioneira era formar engenheiros de operação e tecnólogos.” (TOMÉ, 2012, p.7).

Após a cefetização, o MEC lança a reforma da educação profissional para separar a formação profissional da educação geral, assim “o Decreto nº 2.208/1997, instituiu por determinação legal não só a separação entre o ensino médio (EM) e a formação profissional de nível técnico, como também esse último fora considerado complementar ao EM.” (RIBEIRO, 2018, p.19).

Com isso, a RFEPCT passa a ter três diferentes níveis: Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), assim descritos no Art. 3º do Decreto nº 2.208/1997: nível I (básico) destinado a qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; nível II (técnico) voltado para a habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do EM e nível III (tecnológico) que corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica para egressos do ensino médio ou técnico (BRASIL, 2020).

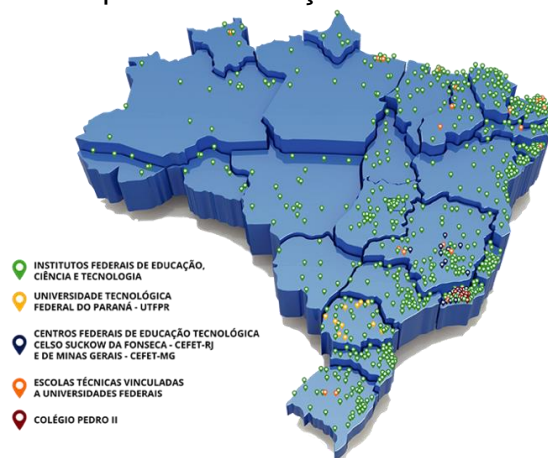
4 A EXPANSÃO DA RFEPCT E A CRIAÇÃO DOS IFs

Após a reforma da educação profissional, já em 2008, ocorre a comemoração do centenário da RFEPCT celebrado com a criação dos IFs e uma consequente expansão sem precedentes da referida rede.

A expansão em epígrafe se deu quando as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, os CEFETs e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) foram transformados em IFs através da Lei nº 11.892/2008 que os criou e os implantou em todos os estados do Brasil. (EVANGELISTA, 2018).

Atualmente a RFEPT (figura 1) está composta por 38 IFs, 02 CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. (XAVIER; FERNANDES, 2019). Considerando os respectivos *campi* associados aos IFs, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. (BRASIL, 2018).

Figura 1: Mapa da distribuição dos IFs na RFEPT



Fonte: MEC/2018

Embora o projeto de criação dos IFs tenha sido numericamente audacioso, a significativa expansão da RFEPT no Brasil, trouxe mais que a multiplicação do número de escolas por todo o país, aliado a isto, percebem-se reais possibilidades de se inovar com a quebra de paradigmas educacionais que redimensionam o ensino profissionalizante, liberta-o do reducionismo tecnicista e promove a ampliação da oferta de cursos, inclusive pós graduação a nível de mestrado e doutorado.

4.1 DA EXPANSÃO À INCLUSÃO SOCIAL

O salto quanti/qualitativo percebido na história da RFEPT trouxe consigo a necessidade de se repensar sua prática educacional, esse repensar traz à tona uma grande dívida social das instituições de ensino profissionalizante perante as pessoas com deficiência.

Diante disso, os IFs procuram se adequar às especificidades dos alunos corrigindo o equívoco que prevaleceu por mais de um século a exigir destes, sua própria adequação ao ambiente escolar que pouco ou nada lhe oferecia, pois coerentemente “a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em

vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.7).

O acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular com efeito rompe um processo de ensino segregado e nessa perspectiva, a inclusão social abre importante canal de aproximação dos IFs com a comunidade.

Com isso, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) incentiva ações inclusivas através do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP) que “tem como objetivo capacitar escolas e constituir centros de referência para a implantação e expansão da oferta de educação profissional [...] e o acesso e permanência no trabalho das pessoas com necessidades educativas especiais” (ANJOS, 2006, p.20).

No tocante a capacitação das escolas para a inclusão social, fez-se necessário a quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais que mantinham as pessoas com deficiência fora do ensino regular, ou ainda que permitindo seu ingresso, não viabilizava sua permanência.

Foram então criados Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) nos IFs, fortalecendo assim a inclusão social no âmbito do ensino profissionalizante e a comunidade escolar passa a entender que a inclusão social está para além da construção de rampas, sua dimensão engloba questões de direito e respeito ao próximo, com isso, projetos de caráter inclusivo passam a ganhar espaço e são implantados nos IFs.

5 A INTRODUÇÃO DA EQUOTERAPIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Embora a inclusão social tenha alcançado importantes conquistas nos IFs, isto não tem ocorrido de uma forma mais ampla devido a existência de uma visão quantitativa da expansão da RFEPCT por parte de alguns dirigentes, planejamento nem sempre inclusivo nas implantações de novos *campi* e a dificuldade de acesso a algumas unidades escolares mais antigas como as de ensino agrícola localizadas na zona rural, nomeadamente as EAFs.

Foi nesse âmbito de ensino agrícola, especificamente na antiga Escola Agrotécnica Federal de Ceres, estado de Goiás, atual IF Goiano-*Campus* Ceres, que foi criado em 2005 o primeiro centro de equoterapia da RFEPCT (figuras 2) em parceria com a prefeitura local.

Figura 2: Declaração da implantação do Centro de Equoterapia no *Campus* Ceres.



Fonte: Arquivo pessoal do primeiro autor

Para atuar de forma regulamentada, um centro de equoterapia necessita da participação de profissionais de três áreas: saúde, educação e equitação (ANDE-Brasil, 2020), assim a Prefeitura Municipal de Ceres disponibilizou fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e um tratador de cavalos que se somaram aos profissionais da pedagogia, psicologia, equitação, medicina veterinária e educação física já atuantes no IF Goiano, completando assim a equipe de atendimento (figura 3).

Figura 3: Centro de Equoterapia do IF Goiano-Campus Ceres (1º. Centro da Rede)



Fonte: Arquivo de fotos do 1º autor com autorização de uso de imagem

A exequibilidade do centro de equoterapia no IF Goiano *Campus-Ceres* e sua boa repercussão no âmbito educacional e social, bem como a nível da RFEPCT, despertou o interesse em outros IFs a implantarem semelhante projeto em seus *campi* da zona rural oriundos das EAFs.

Ao todo são oito IFs que implantaram um centro de equoterapia nas instalações de um dos seus *campi* (quadro 1).

Quadro 1: Distribuição dos Centros de Equoterapia nos IFs

Unidade Federativa	IF	Campus
Bahia	IF Baiano	Itapetinga
Ceará	IFCE	Iguatu
Goiás	IF Goiano	Ceres Urutaí
Minas Gerais	IFMG IF Sudeste de Minas IF Sul de Minas	Bambuí Barbacena Machado
Rio Grande do Sul	IFRS	Sertão
Santa Catarina	IF Catarinense	Rio do Sul

Fonte: Próprios autores (2020)

5.1 A EQUOTERAPIA

A indispensável participação do cavalo na equoterapia nos permite classificá-la como uma modalidade de Terapia Assistida por Animais (TAA). Giuliani e Jacquemettaz (2017) definem TAA como uma interação positiva entre o animal e o paciente numa perspectiva terapêutica. Essa interação é positiva porque os animais promovem reações favoráveis, dentre outras o humor, a socialização e o bem-estar físico e psicológico do paciente. (FERREIRA; GOMES, 2017).

O panorama da relação entre humanos e animais, remonta à pré-história e embora tenha como base a sobrevivência, o homem passou a capturar a presa viva servindo-lhe não apenas como fonte nutricional, mas para sua domesticação, esses ganhos mais racionais foram delineando o processo evolutivo dessa relação, pois como coloca Reis, Naves e Ribeiro (2018, p.69):

A origem e a evolução das espécies, a seleção natural, a alimentação e a domesticação foram marcos históricos da aproximação entre os homens e os animais, o que hoje é objeto de estudos que identificam o surgimento dessa relação por razões de sobrevivência e o desenvolvimento dela em razão da domesticação animal pelo ser humano.

Com o advento da domesticação, sentimentos afetivos foram sendo gerados entre homens e animais. Embora o cão e o gato sejam os mais comuns, como afirmam Moraes e Galdino (2018), o cavalo há muito tempo vem sendo utilizado para lazer, tração, batalhas, transporte e inclusive para fins terapêuticos desde antes de Cristo através das recomendações médicas do pai da medicina, Hipócrates de Loo 458-370 a.C., que prescrevia atividades equestres a seus pacientes como medida natural preventiva para o fortalecimento do organismo e combate a insônia. (ANDE-Brasil, 2020).

Essa função terapêutica do cavalo foi institucionalizada no Brasil em 1989 com a criação da Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-Brasil), que também criou a expressão equoterapia com base na junção de dois termos, o latino equus que originou equo/equino e o grego therapeia que significa terapia. (DUARTE; LEAL; HELLWING, 2019).

A equoterapia por sua vez é definida como um método terapêutico que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar que se aplica nas áreas da saúde, educação e equitação visando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais. (SILVA et al., 2018; ANDE-Brasil, 2020).

5.1.1 O MOVIMENTO TRIDIMENSIONAL

O desenvolvimento biopsicossocial citado na definição da equoterapia refere-se a natureza e abrangência dos benefícios que o praticante do método equoterápico recebe e que tem origem nos estímulos motores, nomeadamente movimento tridimensional promovido pelo cavalo em deslocamento pois “Quando o cavalo anda ao passo, transmite aos praticantes movimentos sequenciados e simultâneos que resultam em um movimento tridimensional” (LUCENA; SCHMITT; QUADROS, 2012, p.110).

O passo é uma marcha simétrica e cadenciada em quatro tempos, proporcionando o movimento tridimensional, onde o praticante sobre o dorso do cavalo, é deslocado no eixo vertical, para cima e para baixo, no plano frontal, para a direita e para a esquerda, e no plano sagital, para frente e para trás (FERNANDES; SOUZA; RIBEIRO, 2018).

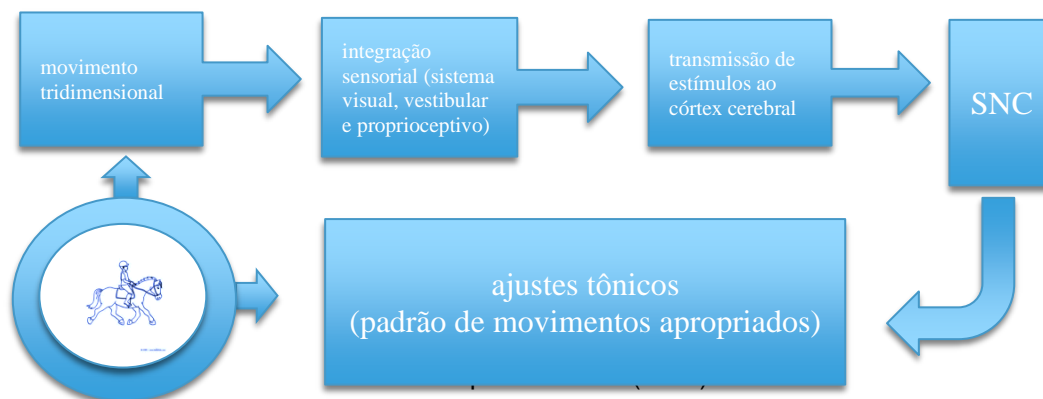
O movimento da cintura pélvica de uma pessoa sobre o cavalo ao passo é igual a quando ela está a caminhar, com isso a andadura do cavalo se assemelha a marcha humana (GARNER; RIGBY, 2015).

O movimento tridimensional provoca alteração no centro de gravidade do praticante que em resposta automática, realiza ajustes tônicos para manter sua estabilidade sobre o dorso do animal, isso ocorre naturalmente pois “Durante a montaria, os praticantes tendem a se ajustar à movimentação do cavalo...O ajustamento tônico está entre os principais efeitos no corpo do praticante sobre o dorso do equino” (FERNANDES; SOUZA; RIBEIRO, 2018, p.125).

Em uma análise mais detalhada (figura 4), verifica-se que durante as sessões de equoterapia há uma integração sensorial entre os sistemas visual, vestibular e proprioceptivo, seguidamente ocorre o envio de estímulos específicos às áreas correspondentes no córtex cerebral onde são geradas alterações e reorganização do Sistema Nervoso Central (SNC), em reposta são produzidos ajustes posturais e

padrões de movimentos mais apropriados e eficientes (CHAMPAGNE; CORRIVEAU; DUGAS, 2017; SILKWOOD-SHERER, 2012).

Figura 4: Esquema ilustrativo do movimento tridimensional



Fonte: Próprios autores (2020)

Os dados encontrados na literatura sobre a frequência dos estímulos motores em uma sessão de equoterapia variam, para Wollenweber et al. (2016), a quantidade de estímulos motores produzida pelo cavalo conduzido em ritmo calmo corresponde a mais de 100 vibrações por minuto, isso representa em média mais de 3.000 estímulos motores em 30 minutos de sessão.

Lopes et al. (2019) encontraram em sua revisão, dados a apontar que em uma sessão de 30 minutos de equoterapia o praticante experimenta aproximadamente 2700 a 3300 repetições de movimentos com contínuos ajustes posturais associados à mobilidade pélvica.

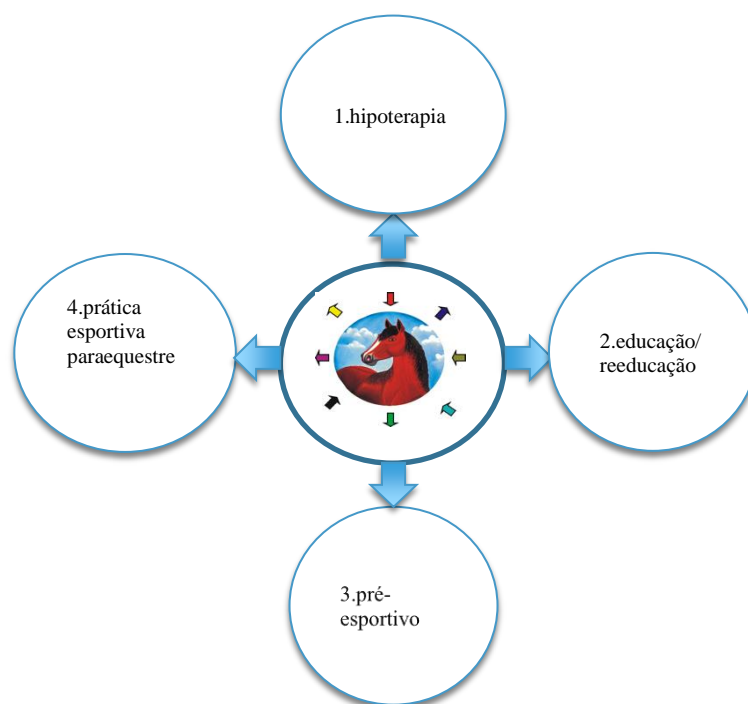
Já de acordo com a ANDE-Brasil (2020), na dinâmica do movimento tridimensional há uma oscilação de impulsos que gira em torno de 1 a 1,25 estímulos motores por segundo, isso corresponde a uma média de 60 a 75 movimentos por minuto, assim o cavalo ao passo produz entre 1.800 e 2.250 estímulos motores em 30 minutos de atendimento equoterápico.

5.1.2 SISTEMATIZAÇÃO DA EQUOTERAPIA

A ANDE-Brasil define quatro programas básicos (figura 5) criados para atender às diferentes demandas dos praticantes, nesse sentido cada programa possui objetivos próprios e distintos que para serem alcançados dispõem do profissional qualificado e do perfil de cavalo adequado a cada caso.

Há também um protocolo planejado exclusivamente para cada programa que são a hipoterapia, educação/reeducação, pré-esportivo e prática esportiva paraequestre.

Figura 5: Sistematização da equoterapia em programas específicos



Fonte: Próprios autores (2020)

A hipoterapia é essencialmente voltada para a reabilitação motora e dentre outros casos atendidos neste programa, os praticantes com sequela de Acidente Vascular Cerebral (AVC), apresentam bons resultados (PEDEBOS et al., 2014).

O programa educação/reeducação tem como principal objetivo os ganhos cognitivos do praticante e um bom exemplo de déficit cognitivo que vem sendo estudado com êxito na equoterapia são os casos relacionados a Síndrome de Down (FERNANDES; SOUZA; RIBEIRO, 2018).

Já no programa pré-esportivo, busca-se promover a inserção/reinserção social do praticante através da elevação da autoestima e melhoria da sua qualidade de vida que vem sendo estudada e vista como um importante fator percebido ao longo da investigação. (BRONSON et al., 2010; SILVA et al., 2018; ZADNIKAR; KASTRIN, 2011; SILVEIRA; WIBELINGER, 2011; ROSARIO-MONTEJO; MOLINA-RUEDA; MUÑOZ-LASA, 2015).

A prática esportiva paraequestre visa preparar o praticante para competições de alto nível como paralimpíadas, mas não é um programa habitualmente encontrado em funcionamento nos centros de equoterapia brasileiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o percurso histórico da RFEPCT, percebe-se que as mudanças e reformas do ensino profissionalizante concretizadas ao longo do tempo, foram de um

modo geral importantes e necessárias, porém não contemplaram as pessoas com deficiência até que os IFs fossem criados um século depois.

Conquistas como a implantação de centros de equoterapia nos IFs fortaleceram a inclusão social e o repensar de uma educação de fato comprometida com as reais demandas apresentadas pela comunidade.

A equoterapia ostenta uma boa relação com os propósitos de instituições de ensino como os IFs pois dentre outras possibilidades, contribui para o desenvolvimento da aprendizagem dos praticantes ao aguçar os estímulos sensoriais que são transferidos para o cérebro (SHELEF et al., 2019), contribuindo assim para o desenvolvimento motor e cognitivo (LEE; YUN, 2017) e o bem-estar cognitivo, emocional e social (STERGIOU et al., 2017).

De acordo com os achados da literatura, a equoterapia contribui sob diversos aspectos para a área da saúde, como se verificou nas investigações analisadas neste estudo e que abordam sua eficácia em patologias ou problemas relativos à saúde física e mental dos praticantes.

A exemplo, os distúrbios neurológicos como a esclerose múltipla (MUÑOZ-LASA et al., 2018; VERMÖHLEN et al., 2018; WOLLENWEBER et al., 2016; BRONSON et al., 2010), transtorno do neurodesenvolvimento como o autismo (BARBOSA; VAN MUNSTER, 2019; DUARTE et al., 2019; TRZMIEL et al., 2019; SRINIVASAN; CAVAGNINO; BHAT, 2018; MALCOM; ECKS; PICKERSGILL, 2017), ou ainda doenças neurodegenerativas como alzheimer (ARAÚJO, 2018).

Outros bons resultados da prática equoterápica estão relacionados a problemas mentais e emocionais como esquizofrenia (SALINEIRO; ARRUDA, ALVES; 2016; CORRING; LUNDBERG; RUDNICK, 2013) e ansiedade (LIMA, MOTTI; MACIEL, 2001).

No campo da reabilitação motora verificou-se que as investigações estão em sua maioria voltadas para a questão da marcha e equilíbrio com maior incidência sobre praticantes com paralisia cerebral (LOPES et al., 2019; MELLO et al., 2018; SOUZA et al., 2016; HSIEH et al., 2016; LUCENA; SCHMITT; QUADROS, 2012; ZADNIKAR; KASTRIN, 2011; STERBA; WARNER, 2007; DIRIENZO; DIRIENZO; BACESKI, 2007).

Tais constatações das contribuições da equoterapia para a saúde física e mental nos soam relevantes e de fato trazem importantes evidências científicas sobre sua eficácia no âmbito terapêutico.

Por outro lado, o papel de um centro de equoterapia nos IFs não se restringe a atender pessoas com deficiência, embora seja esta sua principal função, serve também de importante espaço de aprendizagem onde ocorrem cursos, palestras, estágios, investigações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e pós graduação a colocarem em prática o tripé ensino, pesquisa e extensão defendido enquanto diretriz metodológica nos IFs e que está bem pontuado em um recente estudo conduzido por (OLIVEIRA; GUIDOLIN, 2020) sobre a indissociabilidade dessas três demandas supridas pelas atividades de equoterapia no âmbito escolar.

O trabalho dos bolsistas e voluntários nos centros de equoterapia, desperta nos alunos reflexões e valores humanos a fortalecerem a formação cidadã proposta na missão dos IFs assim, “a equoterapia é um importante instrumento social que pode ser utilizado em instituições de ensino agropecuário...” (SILVA et al, 2016, p. 16).

Reforçando a tese de que as contribuições da equoterapia nos IFs não se restringem ao atendimento de pessoas com deficiência, esta pode, ainda que indiretamente, contribuir para o reconhecimento de novos cursos pelo MEC.

Para o reconhecimento de novos cursos, o MEC através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) envia avaliadores in loco, onde a avaliação se dá em três dimensões: organização didático-pedagógica, recursos humanos e instalações físicas (INEP, 2015).

As instalações físicas deverão oferecer acessibilidade e os centros de equoterapia despertam sensibilização nesse sentido, a exemplo o IF Goiano Campus Ceres que após a implantação do centro de equoterapia promoveu alterações arquitetônicas que serviram para a aprovação de novos cursos.

Conclui-se com as evidências relatadas que a introdução da equoterapia nos IFs representa uma valiosa ferramenta de inclusão social onde são ampliadas as possibilidades de se oferecer uma educação mais plena.

Considerando esses registros de contribuição ao ensino, formação cidadã dos alunos e envolvimento institucional, a equoterapia parece estar sendo bem aceita no contexto educacional dos IFs e essas evidências lhes ampliam as possibilidades de ser adotada mais amplamente na RFEPT.

REFERÊNCIAS

ANDE-Brasil. Portal **da Associação Nacional de Equoterapia**. 2020. Disponível em: <<http://equoterapia.org.br/>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/29732613/>>. Acesso em: 9 set. 2019.

ARAÚJO, Thais Borges de. **Efeito da Equoterapia em idosos com Alzheimer: uma análise quantitativa e qualitativa**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/31460>>. Acesso em: 5 out. 2019. 7, fev. 2009.

BARBOSA, Gardenia de Oliveira; van MUNSTER, Mey de Abreu. Aprendizagem de posturas em equoterapia por crianças com transtorno do espectro autista (TEA). **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-20, abr. 2019. DOI:10.5902/1984686X32575. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8649>>. Acesso em: 10 nov.2019.

BARROSO, Rita de Cássia Amorim; CHAGAS, Alexandre Menezes; COSTA, Silvânia Santana. Ensino profissionalizante: percursos, imprecisões e ações governamentais. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 7, n. 3, p. 83-100, 2019. DOI: 10.17564/2316-3828.2019v7n3p83-100. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/4938>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 282-299, 2010. DOI: 10.1590/S1413-24782010000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109922/decreto-2208-97#art-3>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566/1909**, de 23 de setembro de 1909. Dispõe sobre a criação nas capitais dos estados do Brasil as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em 1 dez. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação/Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRONSON, C. et al. Does hippotherapy improve balance in persons with multiple sclerosis: a systematic review. **European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine**, v. 46, n. 3, p. 347-353, 2010. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/da4e/6bbae36b6753a0af145646e27ad7bc41de28.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CHAMPAGNE, Danielle; CORRIVEAU, Hélène; DUGAS, Claude. Effect of Hippotherapy on Motor Proficiency and Function in Children with Cerebral Palsy Who Walk. **Physical and Occupational Therapy in Pediatrics**, v. 37, n. 1, p. 51-63, 2017. DOI: 10.3109/01942638.2015.1129386. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/01942638.2015.1129386>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CORRING, Deborah; LUNDBERG, Erica.; RUDNICK, Abraham. Therapeutic horseback riding for ACT patients with schizophrenia. **Community Mental Health Journal**, v. 49, n. 1, p. 121-126, 2013. DOI: 10.1007/s10597-011-9457-y. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10597-011-9457-y>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. in: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, 1994, Salamanca. Declaração de Salamanca. **Anais eletrônicos**. UNESCO. Salamanca 1994. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/correntesdoarade/declaracao-de-salamanca>>. Acesso em 19 set. 2019.

DIAS, Camila Carmona. História da Educação e Trabalho no Brasil: a inclusão excludente e a exclusão includente. **Revista Ágora**, Vitória, v. 28, p. 132-158, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/view/20766>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DIRIENZO, Lauren N.; DIRIENZO, Lee T.; BACESKI, Deborah A. Heart rate response to therapeutic riding in children with cerebral palsy: an exploratory study. **Pediatric Physical Therapy**, v. 19, n. 2, p. 160-165, 2007. DOI:

10.1097/PEP.0b013e31804a57a8 Disponível em:
<https://journals.lww.com/pedpt/Fulltext/2007/01920/Heart_Rate_Response_to_Therapeutic_Riding_in.9.aspx>. Acesso em: 18 out. 2019.

DUARTE, Luana Perdiz. et al. Revisão bibliográfica dos benefícios que equoterapia proporciona a pacientes com transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 4, p. 2466-2477, 2019. DOI: 10.34119/bjhrv2n4-019 Disponível em:
<<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/1805>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

EVANGELISTA, Ana Paula. Uma década de reconfiguração da Rede Federal. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 61, p. 26-30, 2018. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/uma-decada-de-reconfiguracao-da-rede-federal>>. Acesso em: 19 set. 2019.

FERNANDES, Tatiane dos Reis; SOUZA, Lacyelle Lúcia de; RIBEIRO, Mariane Fernandes. Os efeitos da equoterapia no equilíbrio de praticantes com síndrome de down. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 4, n.1, p. 119-129, 2018. DOI: 10.22289/2446-922X.V4N1A7 Disponível em:
<<http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/231>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

FERREIRA, Ana Paula Silva; GOMES, Janzila Bezerra. Levantamento histórico da terapia assistida por animais. **Revista Multidisciplinar Pey Kéyo Científico**, v. 3, n. 1, p. 71-92, 2017. Disponível em:
<<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/pkcoraima/article/view/4616>>. Acesso em: 14 out. 2019.

FEYH, V. R.; STEIN, D. J. Considerações em torno da síndrome de down e equoterapia. **Saberes e Sabores Educacionais**, Itapiranga, v. 5, p. 126-142, 2018.

GARNER, Brian A.; RIGBY, B. Rhett. Human pelvis motions when walking and when riding a therapeutic horse. **Human Movement Science**, v. 39, p. 121-137, 2015. DOI: 10.1016/j.humov.2014.06.011. Disponível em:
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167945714001778>>. Acesso em: maio 2020.

GIULIANI, Fabienne; JACQUEMETTAZ, M. Animal-assisted therapy used for anxiety disorders in patients with learning disabilities: an observational study. **European Journal of Integrative Medicine**, v.14, p. 13-19, 2017. DOI: 10.1016/j.eujim.2017.08.004. Disponível em:
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1876382017301403>>. Acesso em: 9 set. 2019.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

HSIEH, Yueh-Ling. et al. Effects of hippotherapy on body functions, activities and participation in children with cerebral palsy based on ICF-CY assessments. **Disability and Rehabilitation**, v. 39, n. 17, p. 1703-1713, 2016. DOI: 10.1080/09638288.2016.1207108. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2016.1207108>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Salvador: **IF Baiano**, 2019. Disponível em: <<https://ifbaiano.edu.br/portal/quem-somos/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portal Institucional, Brasília: **INEP/MEC** 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 10 maio 2020.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro, **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009. DOI: 10.15628/rbept.2009.2939. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>>. Acesso em 18 ago. 2019.

LEE, Ji Hyun; YUN, Chang-Kyo. Effects of hippotherapy on the thickness of deep abdominal muscles and activity of daily living in children with intellectual disabilities. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 29, n. 4, p. 779-782, 2017. DOI: 10.1589/jpts.29.779. Disponível em: <https://www.jstage.jst.go.jp/article/jpts/29/4/29_jpts-2016-1011/_pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

LIMA, Ana Carla de; MOTTI, Glauce Sandim; MACIEL, Marnie Grubert Gonzaga. Terapia Ocupacional e Equoterapia no tratamento de indivíduos ansiosos. **Multitemas**, v. 23, p. 71-80, 2001. Disponível em: <<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/878>>. Acesso em: 15 out. 2019.

LOPES, Josiane. et al. Efetividade da equoterapia na marcha de crianças com paralisia cerebral: revisão sistemática de ensaios clínicos. **Revista Brasileira de Neurologia**, v. 55, n. 1, p. 25-34, 2019. Disponível em: <<http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/994734/revista551v2-artigo4.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

LUCENA, Marianne; SCHMITT, Ana; QUADROS, Nadja Nara Camacam de Lima. Avaliação do desempenho motor em indivíduos com paralisia cerebral após hipnoterapia. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 109-113, 2012. DOI: 10.5102/ucs.v10i2.1734. Disponível em: <<https://www.arqcom.uniceub.br/cienciasaude/article/view/1734>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MALCOLM, Roslyn; ECKS, Stefan; PICKERSGILL, Matyn. 'It just opens up their world': autism, empathy, and the therapeutic effects of equine interactions. **Anthropology & Medicine**, v. 25, n. 2, p. 220-234, 2017. DOI: 10.1080/13648470.2017.1291115. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13648470.2017.1291115>>. Acesso em: 17 out. 2019.

MARIN, Andrea Cristina. Et al. A educação profissional no Brasil: breve histórico do artífice nas casas da moeda ao profissional tecnólogo amparado pela LDB de 1996. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 2, p. 79-93, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/965>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

MEDEIROS NETA, O. M.; NASCIMENTO, Juliana Minardi; RODRIGUES, Antônio G. F. Uma escola para aprendizes artífices e o ensino profissional primário gratuito. **Holos**, Natal, ano 28, v. 2, p. 96-104, 2012. Disponível em: Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549265009.pdf>>. Acesso em :11 dez.2019.

MELLO, Enilda Marta Carneiro de Lima. A influência da equoterapia no desenvolvimento global na paralisia cerebral: revisão da literature. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 12-27, 2018. DOI: 10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p12-27. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/12111>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MORAES, Alessandra Ribeiro; GALDINO, Larina Albuquerque Gonçalves. A Extensão na Escola: ações para a guarda responsável de animais de estimação. **Revista Ciência em Extensão**, v. 14, n. 2, p. 82-96, 2018. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1690>. Acesso em 17 nov. 2019.

MUÑOZ-LASA, Susana. et al. Effects of hippotherapy in multiple sclerosis: Pilot study on quality of life, spasticity, gait, pelvic floor, depression and fatigue. **Medicina Clínica**, v. 152, n. 2, p. 55-58, 2018. DOI: 10.1016/j.medcle.2018.11.012. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2387020618305187>>. Acesso em: 27 out. 2019.

OLIVEIRA, M. A.; GUIDOLIN, M. B. A indissociabilidade nas atividades de equoterapia para a inclusão social no IFRS campus Sertão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/11696>. Acesso em: nov. 2020.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**, v. 7, n. 16, p. 2-7, 2009.

PAIVA, Francisco da Silva. Ensino Técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, v. 3, n. 8, p. 35-49, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1677>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PEDEBOS, Bianca Mello. et al. Avaliação do controle postural e sua relação com o hemisfério acometido em pacientes com acidente vascular cerebral praticando equoterapia. **Fisioterapia Brasil**, v. 15, n. 1, p. 22-28, 2014. DOI: 10.33233/fb.v15i1.308. Disponível em: <<http://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/308>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

REIS, Emilien Vilas Boas; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. Un posicionamento jurídico-filosófico contra la metafísica de los “ismos” un análisis sobre los animales. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 31, p. 67-94, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/viewFile/1265/2456>>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA**. 2018. Tese (Doutorado em

Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9115/2/RICARDO_TORRES_RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

ROSARIO-MONTEJO, O. del et al. Efectividad de la terapia ecuestre en niños con retraso psicomotor. **Neurologia**, v. 30, n. 7, p. 425-432, 2015. DOI: 10.1016/j.nrl.2013.12.023. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0213485314000206>>. Acesso em: 27 out. 2019.

SALINEIRO, Ana Luiza Sanches; ARRUDA, Juliana Borges de Oliveira de; ALVES, Ana Maria de Oliveira. A contribuição da terapia ocupacional e equoterapia na reabilitação do esquizofrênico em fase inicial. **Multitemas**, v. 25, p. 76-92, 2016. Disponível em: <<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/842>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SELL, Simone. Educação no Brasil: o dualismo arraigado desde o Brasil-Império e o movimento de ruptura a partir do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 118-142, 2019. DOI: 10.18764/2358-4319.v12n1p118-142. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/10747>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SHELEF, Assaf. et al. Equine assisted therapy for patients with post traumatic stress disorder: a case series study. **Military Medicine**, v. 184, n. 9-10, p. 394-399, 2019. DOI: 10.1093/milmed/usz036. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/?term=10.1093%2Fmilmed%2Fusz036>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SILKWOOD-SHERER, Debbie J. et al. Hippotherapy – An intervention to habilitate balance deficits in children with movement disorders: a clinical trail. **Physical Therapy**, v. 92, n. 5, p. 707-717, 2012. DOI: 10.2522/ptj.20110081. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ptj/article/92/5/707/2735274>>. Acesso em: 5 out. 2019.

SILVA, Carine Nascimento da. et al. Centro de Equoterapia da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas em parceria com a Universidade de Cruz Alta: projetos de equoterapia e cinoterapia. **Cataventos**, Cruz Alta, v. 10, n. 1, p. 178-189, 2018. DOI: 10.33053/cataventos.v10i1.675. Disponível em: <<http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Cataventos/article/view/6755>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

SILVA, Daiane Moreira. et al. A influência da equoterapia na vida dos estudantes do IFsuldeminas-Campus Machado. **Revista Brasileira de Equoterapia**, n. 25, p. 11-17, 2016. ISSN 2176-7505.

SILVEIRA, Michele Marinho da; WIBELINGER, Lia Mara. Equoterapia: qualidade de vida para o idoso sobre o cavalo. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 14, n. 1, p. 181-193, 2011. DOI: 10.23925/2176-901X.2011v14i1p181-193. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6935>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras. **Forum Educacional**. 5(4), 69-77, 1981. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60571/58817>.

SOUZA, Cássia Cristina Ferreira de. et al. Os benefícios da equoterapia a curto prazo em uma criança com paralisia cerebral: estudo de caso. **Revista Faculdade Montes Belos**, Montes Belos, v. 9, n. 2, p. 64-141, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/225>>. Acesso em: 22 out. 2019.

SRINIVASAN, Sudha M.; CAVAGNINO, David T.; BHAT, Anjana N. Effects of equine therapy on individuals with autism spectrum disorder: a systematic review. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 5, n. 2, p. 156-175, 2018. DOI: 10.1007/s40489-018-0130-z. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s40489-018-0130-z>>. Acesso em: 30 set. 2019.

STERBA, John A.; WARNER, Robert. Does horseback riding therapy or therapist-directed hippotherapy rehabilitate children with cerebral palsy? **Developmental Medicine & Child Neurology**, v. 49, n. 1, p. 68-73, 2007. DOI: 10.1017/S0012162207000175.x. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1017/S0012162207000175.x>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

STERGIOU, Alexandra. et al. Therapeutic Effects of Horseback Riding Interventions: a systematic review and meta-analysis. **American journal of physical medicine & rehabilitation**, v. 96, n. 10, p. 717-725, 2017. DOI: 10.1097/PHM.0000000000000726. Disponível em: <https://journals.lww.com/ajpmr/Abstract/2017/10000/Therapeutic_Effects_of_Horseback_Riding.5.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2019.

TOMÉ, Ana Clécia de Abreu. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil, **Tear: Rev. de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2012.

TRZMIEL, Tomasz et al. Equine assisted activities and therapies in children with autism spectrum disorder: a systematic review and a meta-analysis. **Complementary Therapies in Medicine**, v. 42, p. 104-113, 2019. DOI: 10.1016/j.ctim.2018.11.004. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0965229918308331>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

VERMÖHLEN, Vanessa. et al. Hippotherapy for patients with multiple sclerosis: a multicenter randomized controlled trial (MS-HIPPO). **Multiple Sclerosis Journal**, v. 24, n. 10, p. 1375-1382, 2018. DOI: 10.1177/1352458517721354. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28770664/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WOLLENWEBER, Vanessa. et al. Study of the effectiveness of hippotherapy on the symptoms of multiple sclerosis - outline of a randomised controlled multicenter study (MS-HIPPO). **Contemporary Clinical Trials Communications**, v. 3, p. 6-11, 2016. DOI: 10.1016/j.conctc.2016.02.001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2451865415300594>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDEZ, Natal Lânia Roque. Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec**, Manaus, v. 5, n. 11, p. 101-113, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i11.710. Disponível em:

<<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/710>>.
Acesso em: 13 maio 2020.

ZADNIKAR, Monika; KASTRIN, Andrej. Effects of hippotherapy and therapeutic horseback riding on postural control or balance in children with cerebral palsy: a meta-analysis. **Developmental Medicine & Child Neurology**, v. 53, n. 8, p. 684–691, 2011. doi:10.1111/j.1469-8749.2011.03951.x. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21729249/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.